PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela Promotora de Justiça que subscreve o ato, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, *caput* e 129, inciso III, todos da Constituição da República, pelo artigo 25, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93, bem como pelo artigo 34, inciso VI, da Lei Complementar n. 106/2003, com fulcro na Resolução GPGJ n. 2.227/2018;

CONSIDERANDO, o encaminhamento da representação formulada pelo sistema de ouvidorias do MPRJ a esta Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania, que noticia *“possibilidade de agravamento da pandemia de COVID-19 por ocorrência de aglomeração de pessoas na porta de agências bancárias em todo o estado. Descrição de formação de filas para recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal, com mais de 12 horas de antecedência da abertura das agências da Caixa Econômica Federal”*, não se desconhecendo, outrossim, a atribuição do Ministério Público Federal para a adoção de eventuais providências em relação ao fato noticiado, na medida em que a Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira vinculada ao Ministério da Fazenda, conforme disposto no Decreto-Lei nº 759/69, e tendo em vista o disposto no art. 109, I da Constituição Federal, eventuais demandas relativas à CEF são da competência da Justiça Federal;

CONSIDERANDO, contudo, que as sabidas dificuldades na obtenção do referido benefício assistencial, além de provocar aglomeração de pessoas por longas horas, muitas sem qualquer equipamento de proteção, configurando risco à saúde de todos, impacta diretamente na política pública de assistência social, até porque os indivíduos que fazem jus ao benefício são exatamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO, informação da imprensa de que a Caixa Econômica Federal teria divulgado informação de que mais de 12 milhões de pessoas precisarão refazer o cadastro para acessar o benefício, pois tiveram o cadastro anterior classificado como inconclusivo, visto que as informações não puderam ser analisadas pela DATAPREV e que tais inconsistências do sistema podem estar relacionadas com divergências de dados, como problemas no CPF, endereço ou informação sobre dependentes, o que leva à conclusão de que há

necessidade de aperfeiçoamento do sistema para que todos os necessitados, que fazem jus aos valores disponibilizados pelo Governo Federal possam acessá-lo com dignidade.

CONSIDERANDO, que há ainda, segundo matéria jornalística acostada ao presente 5,2 milhões cadastros em análise, o que significa que ainda haverá significativo fluxo de pessoas em busca de orientações e informações, somadas as que se dirigem às agências para pagamentos, bem como a possibilidade de muitas daquelas que tiveram a concessão do benefício negada e o cadastro classificado como inelegível procurarem pessoalmente as agências para buscar esclarecimentos ou apresentar contestações, aumentando o quantitativo de cidadãos que se dirigirão ao local para receber o benefício, há concreta possibilidade de que perdure a efetiva aglomeração nas agências da Caixa Econômica Federal se medidas resolutivas e eficazes não forem implementadas;

CONSIDERANDO, que além das dificuldades virtuais e de processamento e análise dos cadastros, outras questões colaboram para esta situação: as agências estão funcionando em horário reduzido (até 12h e recentemente passou a funcionar até as 14h), houve redução de pessoal nas agências, inclusive por conta dos afastamentos dos profissionais que compõe grupo de risco; há menor número de agências em funcionamento (os polos de atendimento que funcionam em shoppings e centros comerciais, por exemplo, não estão funcionando); parte do público atendido não possui acesso à internet e/ou não está familiarizado com o uso de aplicativos e atendimento remoto; entre diversas outras questões;

CONSIDERANDO, que a assistência social é direito constitucionalmente garantido, previsto nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal, que contempla interesses difusos e coletivos, regulamentado pela Lei 12435, que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como por diversos Decretos e Portarias, sendo função institucional do Ministério Público Estadual- através das Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania zelar pelo efetivo respeito pelo Poder Público municipal e estadual, executores da política pública socioassistencial, às normas previstas no ordenamento jurídico (art. 129, II, CRFB);

CONSIDERANDO, por fim, que a proteção social da população vulnerável atingida pela situação de emergência na saúde pública de nível internacional, no Estado do Rio de Janeiro, em função do surto provocado pelo novo Coronavírus, impõe ao Poder

Público, em todas as suas esferas de governo, a estruturação de meios, ainda que interinstitucionais e intersetoriais, para garantir a viabilização desta proteção, sem expor a população a riscos e situações vexatórias, como tem feito.

RESOLVE instaurar o presente **Inquérito Civil**, na forma que se segue.

MPRJ 2020.00314993

Prazo: 01 Ano

Representante: Anônimo;

Investigados: Estado do Rio de Janeiro

Ementa: Tutela Coletiva – Cidadania – Estado do Rio de Janeiro – Aglomeração de pessoas em diversos municípios para obtenção de benefício concedido pelo governo federal nas agências da Caixa Econômica Federal – impacto na política pública socioassistencial e efetividade no controle de medidas preventivas à disseminação do vírus.

Encaminho os autos à Secretaria para adoção das seguintes **diligências**:

1. Registre-se e autue-se a presente Portaria (art. 15 c/c 70, I e 17 da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º Resolução Conjunta GPGJ/CGMP n.º 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, § 2º Resolução GPGJ n.º 2.227/2018);
4. Junte-se aos autos a solicitação de pesquisa as matérias jornalísticas encaminhadas a esta Promotoria de Justiça;
5. Por fim, em atendimento ao disposto no art. 17, § 1º, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018, designo para secretariar o presente procedimento administrativo os servidores lotados neste órgão de execução;

6. Cumpram-se as seguintes diligências:

- Expeça-se ofício à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos solicitando seja esclarecido se foi adotada pela Pasta alguma medida de contenção da disseminação do vírus;
- Se foram disponibilizados locais para acesso à internet à população que não dispõe de tal serviço, reduzindo a ida às agências para obtenção de informações e recadastramento, com pessoal treinado tanto para o manuseio dos computadores como para prestar as informações necessárias aos usuários;
- Se a estrutura de escolas ou outros serviços públicos que não estejam funcionando e disponham de computadores e acesso à internet vem sendo utilizadas para tais fins, com atenção às medidas de prevenção e estratégias de agendamento que evitem aglomeração;

7. Expedir ofício à guarda Municipal solicitando que disponibilize efetivo para orientar as filas nas agências bancárias, bem como para orientar os cidadãos sobre a importância de utilização de material de proteção (máscaras cirúrgicas), bem como sobre a necessidade de distanciamento entre as pessoas enfileiradas;

8. Oficiar à COMLURB para que adote procedimentos de limpeza e descontaminação devem ser realizados fora do período de atendimento

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020.

BARBARA SALOMÃO SPIER

Promotora de Justiça

Mat. 1816